

<i>Prefácio</i>	33
<i>Nota do Autor</i>	35

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO	39
1 CONCEITO DE DIREITO PENAL	39
2 CARACTERES DO DIREITO PENAL	39
3 CLASSIFICAÇÃO DO DIREITO PENAL	40
3.1 Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo	41
3.2 Direito Penal comum e Direito Penal especial	41
3.3 Direito Penal adjetivo e Direito Penal substantivo	41
4 CIÊNCIAS PENAIS E AUXILIARES DO DIREITO PENAL	41
5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	42
5.1 Princípio da legalidade	42
5.2 Princípio da aplicação da lei mais favorável	43
5.3 Princípio da taxatividade	43
5.4 Princípio da ofensividade (princípio do fato ou princípio da exclusiva proteção do bem jurídico)	43
5.5 Princípio da alteridade (princípio da transcendentalidade)	44
5.6 Princípio da adequação social	44
5.7 Princípio da intervenção mínima (Direito Penal mínimo) e princípio da fragmentariedade	45
5.8 Princípio da insignificância (bagatela)	45
5.9 Princípio do Direito Penal máximo	46
5.10 Princípio da proporcionalidade da pena	47
5.11 Princípio da individualização da pena	47
5.12 Princípio da humanidade	47
5.13 Princípio da razoabilidade	48
II — FONTES DO DIREITO PENAL	49
1 FONTES MATERIAIS	49
2 FONTES FORMAIS	49
2.1 Fonte formal imediata	49
2.1.1 Lei e norma penal	49

2.1.2	Norma penal em branco	50
2.1.3	Integração da norma penal	51
2.1.4	Norma penal incompleta	51
2.2	Fontes formais mediatas	51
2.2.1	Costume	52
2.2.2	Princípios gerais de direito	52
2.2.3	Analogia não é fonte do Direito Penal	52
 III — INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL		55
1	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO SUJEITO	55
1.1	Interpretação autêntica	55
1.2	Interpretação doutrinária	55
1.3	Interpretação jurisprudencial	56
2	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO MODO	56
2.1	Interpretação gramatical	56
2.2	Interpretação lógica	56
3	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL QUANTO AO RESULTADO	56
3.1	Interpretação declarativa	56
3.2	Interpretação restritiva	56
3.3	Interpretação extensiva	56
 IV — APLICAÇÃO DA LEI PENAL		59
1	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	59
1.1	Legalidade formal e legalidade material	60
2	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	61
2.1	Vigência e revogação da lei penal	61
2.2	Conflito de leis penais no tempo	61
2.3	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	62
2.4	Ultra-atividade	62
2.5	Lei intermediária	63
2.6	Conjugação de leis	63
2.7	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais	63
2.8	Tempo do crime	64
3	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	65
3.1	Princípios relativos à lei penal no espaço	65
3.2	Princípios adotados pelo Brasil	66
3.3	Território	66
3.3.1	Território brasileiro por equiparação	67
3.3.2	Passagem inocente	67
3.3.3	Zona Econômica Exclusiva — ZEE	67

3.4	Lugar do crime	68
3.5	Teoria adotada pelo Brasil	68
3.6	Extraterritorialidade	68
3.6.1	Extradicação, deportação e expulsão	70
3.7	Pena cumprida no estrangeiro	71
4	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A DETERMINADAS PESSOAS	71
4.1	Imunidades diplomáticas	71
4.2	Imunidades parlamentares	72
5	OUTRAS DISPOSIÇÕES	74
5.1	Eficácia de sentença estrangeira	74
5.2	Contagem de prazos	74
5.3	Frações não computáveis da pena	74
5.4	Legislação especial	75
V	— TEORIA DO CRIME	77
I	CONCEITO DE CRIME	77
1.1	Sistema Causal-Naturalista	77
1.2	Sistema Neoclássico	78
1.3	Sistema Finalista	78
1.3.1	Teoria Finalista Tripartida e Teoria Finalista Bipartida	79
1.4	Sistema Social	80
1.5	Sistema Funcionalista	80
1.6	Estrutura do crime	81
1.6.1	Sujeito ativo	81
1.6.2	Sujeito passivo	81
1.6.3	Capacidade penal	81
1.6.4	Objeto do crime	82
1.6.5	Punibilidade	82
1.6.6	Crime e contravenção penal	83
1.6.7	Classificação dos crimes	83
2	FATO TÍPICO	90
2.1	Teoria do tipo	90
2.1.1	Fases da Teoria do Tipo	91
2.1.2	Conceito de tipo	91
2.1.3	Características do tipo	91
2.1.4	Adequação típica	92
2.1.5	Elementos do tipo	92
2.1.6	Teoria dos elementos negativos do tipo	93
2.1.7	Classificação do tipo	93
2.1.8	Tipicidade conglobante	94

2.1.9	Conflito aparente de normas	94
2.2	Conduta	96
2.2.1	Formas de conduta	96
2.2.2	Crimes omissivos próprios	97
2.2.3	Crimes omissivos impróprios	97
2.2.4	Crimes omissivos por comissão	97
2.2.5	Caso fortuito e força maior	97
2.3	Nexo de causalidade	98
2.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes	99
2.3.2	Superveniência causal	99
2.4	Resultado	101
2.4.1	Crime qualificado pelo resultado	101
2.5	Crime consumado e crime tentado	102
2.5.1	Consumação	102
2.5.2	Tentativa	103
2.5.3	“Iter criminis”	104
2.5.4	Cogitação	104
2.5.5	Atos preparatórios e atos de execução	104
2.5.6	Elementos da tentativa	105
2.5.7	Espécies de tentativa	105
2.5.8	Pena da tentativa	106
2.5.9	Crimes que não admitem tentativa	106
2.5.10	Tentativa e contravenção penal	107
2.6	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	107
2.7	Arrependimento posterior	108
2.7.1	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz	109
2.8	Crime impossível	109
2.9	Crime doloso	110
2.9.1	Conceito de dolo	110
2.9.2	Teorias sobre o dolo	110
2.9.3	Teorias adotadas pelo Brasil	111
2.9.4	Espécies de dolo	111
2.10	Crime culposo	112
2.10.1	Cuidado objetivo	113
2.10.2	Previsibilidade	113
2.10.3	Elementos do fato típico culposo	113
2.10.4	Imprudência, negligência e imperícia	113
2.10.5	Espécies de culpa	114
2.10.6	Excepcionalidade do crime culposo	114
2.10.7	Outras questões referentes à culpa	115
2.11	Crime preterdoloso	115
3	ERRO DE TIPO	115

3.1	Conceito de erro de tipo	115
3.2	Espécies de erro de tipo	116
3.2.1	Erro de tipo essencial	116
3.2.2	Erro de tipo acidental	117
3.2.2.I	Espécies	117
3.2.3	Erro sobre o objeto — “error in objeto”	117
3.2.4	Erro sobre a pessoa — “error in persona”	117
3.2.5	Erro na execução — “aberratio ictus”	118
3.2.5.I	Desígnios autônomos	119
3.2.6	Resultado diverso do pretendido — “aberratio criminis (delicti)”	119
3.2.7	Erro determinado por terceiro	120
3.2.8	Descriminantes putativas	121
4	ANTI JURIDICIDADE	121
4.1	Conceito	121
4.2	Causas de exclusão da antijuridicidade	122
4.3	Estado de necessidade	122
4.3.1	Conceito	123
4.3.2	Natureza jurídica	123
4.3.3	Requisitos	123
4.3.4	Causa de diminuição da pena	124
4.3.5	Formas de estado de necessidade	124
4.3.6	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante	124
4.4	Legítima defesa	125
4.4.1	Conceito	125
4.4.2	Natureza jurídica	125
4.4.3	Requisitos	126
4.4.4	Formas de legítima defesa	126
4.4.5	Legítima defesa subjetiva	126
4.4.6	Legítima defesa sucessiva	127
4.4.7	Legítima defesa recíproca	127
4.4.8	Provocação e legítima defesa	127
4.4.9	<i>Commodus discussus</i>	128
4.4.10	Ofendículas	128
4.4.11	Questões interessantes sobre legítima defesa	129
4.5	Estrito cumprimento do dever legal	130
4.6	Exercício regular de direito	130
4.7	O consentimento do ofendido	130
4.8	Risco permitido	130
4.9	Violência desportiva	131
4.10	Excesso punível	131
5	CULPABILIDADE	132
5.1	Conceito	133

5.2	Elementos da culpabilidade	133
5.3	Imputabilidade	133
5.3.1	“Actio libera in causa”	134
5.3.2	Causas excludentes da imputabilidade	134
5.3.3	Semi-imputabilidade	137
5.4	Potencial consciência da ilicitude	137
5.4.1	Inescusabilidade do desconhecimento da lei	138
5.4.2	Erro de proibição	138
5.5	Exigibilidade de conduta conforme o Direito	139
5.5.1	Coação moral irresistível	139
5.5.2	Obediência hierárquica	140
6	CONCURSO DE PESSOAS	141
6.1	Concurso necessário e eventual	141
6.2	Formas de concurso de agentes	142
6.3	Requisitos do concurso de agentes	142
6.4	Autoria	142
6.5	Participação	143
6.6	Formas de participação	144
6.7	Autoria mediata	144
6.8	Autoria colateral e autoria incerta	144
6.9	Conivência e participação por omissão	145
6.10	Outras modalidades de coautoria e participação	145
6.11	Concurso em crime culposos	145
6.12	Punibilidade no concurso de pessoas	145
6.13	Circunstâncias incommunicáveis	146
6.14	Casos de impunibilidade	146
VI	SANÇÃO PENAL	149
1	INTRODUÇÃO	149
2	ESPÉCIES DE SANÇÃO PENAL	149
3	PENA	149
3.1	Conceito de pena	149
3.2	Finalidades da pena	150
3.3	Características da pena	151
3.4	Espécies de pena	151
3.5	Regimes prisionais	151
4	PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	152
4.1	Espécies de penas privativas de liberdade	152
4.2	Forma progressiva de execução da pena	152
4.3	Regime de pena nos crimes hediondos	154
4.4	Regras do regime fechado	155

4.5	Regras do regime semiaberto	155
4.6	Regras do regime aberto	155
4.7	Casa do albergado	156
4.8	Prisão-albergue domiciliar	156
4.9	Regime especial	157
4.10	Regime disciplinar diferenciado — RDD	157
4.11	Direitos e trabalho do preso	157
4.12	Remição	158
	4.12.1 Remição pelo estudo	158
4.13	Superveniência de doença mental	159
4.14	Detração penal	159
	4.14.1 Detração em pena restritiva de direitos	160
	4.14.2 Detração em pena de multa	160
5	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	160
5.1	Espécies de penas restritivas de direitos	160
5.2	Natureza jurídica	161
5.3	Características	161
5.4	Duração das penas restritivas de direitos	161
5.5	Impossibilidade de cumulação	161
5.6	Conversão	162
5.7	Prestação pecuniária	162
5.8	Perda de bens e valores	162
5.9	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	162
5.10	Interdição temporária de direitos	163
5.11	Limitação de fim de semana	164
6	PENA DE MULTA	164
6.1	Conceito	164
6.2	Cominação e aplicação	165
6.3	Pagamento da multa	165
7	APLICAÇÃO DA PENA	165
7.1	Circunstâncias do crime	166
7.2	Circunstâncias judiciais	166
7.3	Circunstâncias legais	167
7.4	Circunstâncias agravantes	168
	7.4.1 Aplicação obrigatória	168
	7.4.2 Rol taxativo	168
	7.4.3 Análise das circunstâncias agravantes	168
7.5	Reincidência	170
	7.5.1 Conceito	170
	7.5.2 Formas	170
	7.5.3 Pressuposto da reincidência	170
	7.5.4 Réu primário e réu reincidente	171
	7.5.5 Efeitos da reincidência	171
	7.5.6 Crimes que não geram reincidência	172

7.5.7	Eficácia temporal da condenação anterior	172
7.6	Circunstâncias agravantes no concurso de pessoas	172
7.7	Circunstâncias atenuantes	173
7.7.1	Aplicação obrigatória	173
7.7.2	Análise das circunstâncias atenuantes	173
7.7.3	Circunstâncias inominadas	174
8	FIXAÇÃO DA PENA	175
8.1	Momento judicial de fixação da pena	175
8.2	Juízo de culpabilidade	175
8.3	Cálculo da pena	175
8.4	Concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes	176
9	CONCURSO DE CRIMES	176
9.1	Noções gerais	176
9.2	Sistemas de aplicação da pena	176
9.3	Espécies de concurso	177
9.4	Concurso material	177
9.4.1	Conceito	177
9.4.2	Espécies	177
9.4.3	Aplicação da pena	178
9.5	Concurso formal	178
9.5.1	Conceito	178
9.5.2	Espécies	178
9.5.3	Aplicação da pena	179
9.5.4	Cúmulo material benéfico	179
9.6	Crime continuado	180
9.6.1	Conceito	180
9.6.2	Natureza jurídica	180
9.6.3	Crimes da mesma espécie	180
9.6.4	Requisitos	180
9.6.5	Condições objetivas semelhantes	181
9.6.6	Espécies de crime continuado	181
9.6.7	Aplicação da pena	182
9.6.8	Diferença entre crime continuado e outras figuras jurídicas semelhantes	182
9.7	Aplicação da pena de multa	182
10	LIMITE DAS PENAS	183
11	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	183
11.1	Conceito	184
11.2	Sistemas	184
11.3	Formas	184
11.4	Requisitos	185

II.5	Período de prova	185
II.6	Condições	185
II.7	Revogação do “sursis”	186
II.7.1	Cassação do “sursis”	186
II.7.2	Restabelecimento do “sursis”	186
II.8	Prorrogação do “sursis”	187
II.9	Questões interessantes	187
12	LIVRAMENTO CONDICIONAL	188
12.1	Conceito	189
12.2	Requisitos	189
12.3	Concessão	190
12.4	Condições	191
12.5	Revogação	191
12.6	Restauração do livramento	192
12.7	Prorrogação do livramento	192
12.8	Extinção do livramento	192
13	MEDIDA DE SEGURANÇA	192
13.1	Conceito	193
13.2	Pressupostos de aplicação das medidas de segurança	193
13.3	Espécies de medida de segurança	193
13.4	Aplicação da medida de segurança	194
13.5	Medida de segurança substitutiva	195
13.6	Sistema vicariante	195
14	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	196
14.1	Conceito de condenação	196
14.2	Efeitos secundários de natureza penal	196
14.3	Efeitos secundários de natureza extrapenal	197
14.3.1	Efeitos civis	197
14.3.2	Efeitos administrativos	199
14.3.3	Efeito político	200
14.3.4	Efeitos trabalhistas	200
15	REABILITAÇÃO	201
15.1	Conceito	201
15.2	Prazo para requerimento	201
15.3	Condições da reabilitação	201
15.4	Procedimento da reabilitação	202
15.5	Efeitos da reabilitação	202
15.6	Revogação da reabilitação	203
VII	— AÇÃO PENAL	205
I	CONCEITO	205

2	CLASSIFICAÇÃO	205
3	AÇÃO PENAL PÚBLICA	205
3.1	Noções gerais	205
3.2	Espécies	206
3.2.1	Ação penal pública incondicionada	206
3.2.2	Ação penal pública condicionada	206
3.3	Ação penal nos crimes complexos	207
4	AÇÃO PENAL PRIVADA	207
4.1	Noções gerais	207
4.2	Espécies	208
4.2.1	Ação penal privada exclusiva	208
4.2.1.1	Ação penal privada personalíssima	208
4.2.2	Ação penal privada subsidiária	208
5	FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO PENAL	209
VIII — EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE		211
1	CONCEITO DE PUNIBILIDADE	211
2	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	211
3	EFEITOS DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	211
4	ROL EXEMPLIFICATIVO	212
5	CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE EM ESPÉCIE	212
5.1	Morte do agente	212
5.2	Anistia	213
5.3	Graça e indulto	214
5.4	“Abolitio criminis”	215
5.5	Renúncia do direito de queixa	215
5.6	Perdão aceito	215
5.7	Retratção do agente	216
5.8	Decadência	217
5.9	Perempção	217
5.10	Perdão judicial	218
6	PRESCRIÇÃO	218
6.1	Conceito de prescrição	218
6.2	Espécies de prescrição	219
6.3	Prescrição da pretensão punitiva	219
6.4	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	220
6.5	Prescrição da pretensão executória	220
6.6	Início e interrupção do prazo da prescrição da pretensão executória	221

6.7	Prescrição intercorrente	222
6.8	Prescrição retroativa	222
6.9	Prescrição antecipada	223
6.10	Redução dos prazos prescricionais	224
6.11	Prescrição das penas restritivas de direitos	224
6.12	Prescrição da pena de multa	224

PARTE ESPECIAL

I	— INTRODUÇÃO	227
II	— DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	229
I	DOS CRIMES CONTRA A VIDA	229
1.1	Homicídio	229
1.1.1	Homicídio privilegiado	231
1.1.2	Homicídio qualificado	232
1.1.3	Homicídio culposo	234
1.1.4	Homicídio culposo qualificado	235
1.1.5	Perdão judicial	235
1.1.6	Ação penal	236
1.2	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	236
1.2.1	Formas qualificadas	237
1.3	Infanticídio	238
1.4	Aborto	239
1.4.1	Autoaborto	242
1.4.2	Aborto consentido	242
1.4.3	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	243
1.4.4	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante	243
1.4.5	Aborto qualificado	243
1.4.6	Aborto legal	244
2	DAS LESÕES CORPORAIS	245
2.1	Lesão corporal	245
2.1.1	Violência doméstica	247
3	DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	248
3.1	Generalidades	248
3.2	Perigo de contágio venéreo	248
3.3	Perigo de contágio de moléstia grave	249
3.4	Perigo para a vida ou saúde de outrem	250
3.4.1	Aumento de pena	250
3.5	Abandono de incapaz	251

3.5.1	Figuras qualificadas pelo resultado	251
3.5.2	Causas de aumento de pena	251
3.6	Exposição ou abandono de recém-nascido	252
3.6.1	Figuras qualificadas pelo resultado	252
3.7	Omissão de socorro	252
3.7.1	Figuras qualificadas pelo resultado	253
3.7.2	Omissão de socorro no Estatuto do Idoso	254
3.8	Maus-tratos	254
3.8.1	Figuras qualificadas pelo resultado	255
3.8.2	Causa de aumento de pena	255
3.8.3	Maus-tratos no Estatuto do Idoso	255
4	DA RIXA	256
4.1	Rixa	256
4.1.1	Rixa qualificada	256
5	DOS CRIMES CONTRA A HONRA	257
5.1	Generalidades	257
5.2	Calúnia	257
5.2.1	Divulgação ou propalação	258
5.2.2	Calúnia contra os mortos	258
5.2.3	Exceção da verdade	259
5.3	Difamação	259
5.3.1	Exceção da verdade	260
5.4	Injúria	260
5.4.1	Perdão judicial	261
5.4.2	Injúria real	261
5.4.3	Injúria por preconceito	261
5.4.4	Injúria etária	262
5.5	Formas qualificadas	262
5.6	Exclusão do crime	263
5.7	Retratação	264
5.8	Pedido de explicações	264
5.9	Ação penal	265
6	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL	266
6.1	Dos crimes contra a liberdade pessoal	266
6.1.1	Constrangimento ilegal	266
6.1.1.1	Figuras típicas qualificadas	267
6.1.1.2	Concurso material	267
6.1.1.3	Causas especiais de exclusão do crime	267
6.1.2	Ameaça	268
6.1.3	Sequestro ou cárcere privado	269
6.1.3.1	Figuras típicas qualificadas	270
6.1.4	Redução a condição análoga à de escravo	270

6.1.4.1	Figuras equiparadas	271
6.1.4.2	Causas especiais de aumento de pena	272
6.2	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	272
6.2.1	Violação de domicílio	272
6.2.1.1	Figuras típicas qualificadas	273
6.2.1.2	Causas de aumento de pena	273
6.2.1.3	Exclusão da antijuridicidade	274
6.2.1.4	Contornos da expressão “casa”	274
6.3	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	275
6.3.1	Violação de correspondência	275
6.3.1.1	Generalidades	275
6.3.1.2	Violação de correspondência	275
6.3.1.3	Sonegação ou destruição de correspondência	276
6.3.1.4	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica	276
6.3.1.5	Impedimento de telecomunicação	277
6.3.1.6	Instalação ou utilização ilegais	277
6.3.1.7	Disposições comuns	278
6.3.1.8	Ação penal	278
6.3.2	Correspondência comercial	278
6.4	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	279
6.4.1	Divulgação de segredo	279
6.4.2	Violação de segredo profissional	280
 III — DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO		281
I	DO FURTO	281
I.1	Furto	281
I.1.1	Furto noturno	283
I.1.2	Furto privilegiado	284
I.1.3	Furto de energia	286
I.1.4	Furto qualificado	286
I.1.4.1	Rompimento de obstáculo	287
I.1.4.2	Abuso de confiança	288
I.1.4.3	Mediante fraude	289
I.1.4.4	Escalada	290
I.1.4.5	Destreza	290
I.1.4.6	Chave falsa	291
I.1.4.7	Concurso de duas ou mais pessoas	292
I.1.5	Furto de veículo automotor	292
I.2	Furto de coisa comum	293
2	DO ROUBO E DA EXTORSÃO	293
2.1	Roubo	293

2.1.1	Roubo impróprio	296
2.1.2	Roubo circunstanciado	296
2.1.2.1	Emprego de arma	297
2.1.2.2	Concurso de duas ou mais pessoas	299
2.1.2.3	Transporte de valores	299
2.1.2.4	Subtração de veículo automotor	299
2.1.2.5	Sequestro	300
2.1.3	Roubo e lesão corporal grave	300
2.1.4	Latrocínio	301
2.2	Extorsão	303
2.2.1	Extorsão qualificada	305
2.2.2	Extorsão e lesão grave ou morte	305
2.2.3	Sequestro relâmpago	305
2.3	Extorsão mediante sequestro	307
2.3.1	Formas qualificadas	308
2.3.2	Figuras qualificadas pelo resultado	308
2.3.3	Lei dos Crimes Hediondos	309
2.3.4	Delação premiada	309
2.4	Extorsão indireta	309
3	DA USURPAÇÃO	310
3.1	Alteração de limites	310
3.1.1	Usurpação de águas	311
3.1.2	Esbulho possessório	311
3.1.3	Concurso material	311
3.1.4	Ação penal	312
3.2	Supressão ou alteração de marca em animais	312
4	DO DANO	312
4.1	Dano	312
4.1.1	Dano qualificado	313
4.2	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	314
4.3	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	314
4.4	Alteração de local especialmente protegido	315
4.5	Ação penal	315
5	DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	316
5.1	Apropriação indébita	316
5.1.1	Formas qualificadas	317
5.2	Apropriação indébita previdenciária	317
5.2.1	Figuras assemelhadas	320
5.2.2	Extinção da punibilidade	320
5.2.3	Perdão judicial	321
5.2.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	321

5.2.5	Estado de necessidade	323
5.3	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	324
5.4	Apropriação de tesouro	325
5.5	Apropriação de coisa achada	325
5.6	Apropriação privilegiada	326
6	DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	326
6.1	Estelionato	326
6.1.1	Estelionato privilegiado	328
6.1.2	Disposição de coisa alheia como própria	329
6.1.3	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	329
6.1.4	Defraudação de penhor	329
6.1.5	Fraude na entrega de coisa	330
6.1.6	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	330
6.1.7	Fraude no pagamento por meio de cheque	330
6.1.8	Estelionato qualificado	332
6.2	Duplicata simulada	333
6.2.1	Falsificação ou adulteração do registro de duplicatas	333
6.3	Abuso de incapazes	334
6.4	Induzimento à especulação	334
6.5	Fraude no comércio	335
6.5.1	Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas	336
6.5.2	Fraude no comércio privilegiada	336
6.6	Outras fraudes	337
6.7	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações	337
6.8	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou "warrant"	338
6.9	Fraude à execução	338
7	DA RECEPÇÃO	339
7.1	Recepção	339
7.1.1	Recepção simples dolosa própria	340
7.1.2	Recepção simples dolosa imprópria	340
7.1.3	Recepção no exercício de atividade comercial	340
7.1.4	Recepção culposa	341
7.1.5	Recepção privilegiada	341
7.1.6	Recepção qualificada pelo objeto material	342
7.1.7	Recepção e favorecimento real	342
7.1.8	Aspectos controvertidos sobre a recepção	342
8	DAS IMUNIDADES PENAIS	344
8.1	Generalidades	344
8.2	Imunidades penais absolutas	344
8.3	Imunidades penais relativas	345
8.4	Exceções às imunidades penais	345

IV — DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	347
I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	347
I.1 Violação de direito autoral	347
I.1.1 Reprodução de obra com violação de direito autoral	348
I.2 Usurpação de nome ou pseudônimo alheio	349
I.3 Ação penal	349
2 DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO	349
3 DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO ..	349
4 DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL	350
V — DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	351
I ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO	351
2 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO E BOICOTAGEM VIOLENTA	352
3 ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	352
4 PARALISAÇÃO DE TRABALHO, SEGUIDA DE VIOLÊNCIA OU PERTUR- BAÇÃO DA ORDEM	353
5 PARALISAÇÃO DE TRABALHO DE INTERESSE COLETIVO	354
6 INVASÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL OU AGRÍCOLA. SABOTAGEM	355
7 FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA	356
8 FRUSTRAÇÃO DE LEI SOBRE A NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO ..	357
9 EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COM INFRAÇÃO DE DECISÃO ADMI- NISTRATIVA	358
10 ALICIAMENTO PARA O FIM DE EMIGRAÇÃO	359
11 ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL	359
VI — DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	361
I DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO	361
I.1 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	361
I.1.1 Forma qualificada	362

2	DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	362
2.1	Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária	362
2.1.1	Forma qualificada	363
2.2	Violação de sepultura	363
2.3	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	364
2.4	Vilipêndio a cadáver	365
VII — DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL		367
1	DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL	367
1.1	Estupro	367
1.1.1	Tipo misto cumulativo ou tipo misto alternativo	369
1.1.2	Figuras qualificadas pelo resultado	370
1.1.3	Causas de aumento de pena	370
1.1.4	Segredo de justiça	371
1.2	Violação sexual mediante fraude	371
1.2.1	Causas de aumento de pena	373
1.2.2	Segredo de justiça	373
1.3	Assédio sexual	373
2	DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL	374
2.1	Definição de vulnerável	374
2.2	Estupro de vulnerável	375
2.2.1	Figuras qualificadas pelo resultado	376
2.2.2	Causas de aumento de pena	376
2.2.3	Segredo de justiça	376
2.3	Corrupção de menores	377
2.3.1	Causas de aumento de pena	377
2.3.2	Segredo de justiça	378
2.4	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente	378
2.4.1	Causas de aumento de pena	378
2.4.2	Segredo de justiça	379
2.5	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	379
2.5.1	Figuras equiparadas	380
2.5.2	Efeito obrigatório da condenação	381
2.5.3	Segredo de justiça	381
3	DISPOSIÇÕES GERAIS	381
3.1	Ação penal	381
3.2	Aumento de pena	382
4	DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	382
4.1	Generalidades	382

4.2	Mediação para servir à lascívia de outrem	382
4.2.I	Figuras típicas qualificadas	383
4.3	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	383
4.3.I	Figuras típicas qualificadas	385
4.4	Casa de prostituição	385
4.5	Rufianismo	386
4.5.I	Figuras típicas qualificadas	387
4.6	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	388
4.6.I	Figuras equiparadas	388
4.6.2	Causas de aumento de pena	389
4.7	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	389
4.7.I	Figuras equiparadas	390
4.7.2	Causas de aumento de pena	390
5	DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR	390
5.1	Disposições gerais	390
5.2	Ato obsceno	391
5.3	Escrito ou objeto obsceno	392
6	DISPOSIÇÕES GERAIS	394
VIII — DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA		395
I	DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO	395
I.1	Bigamia	395
I.1.1	Bigamia praticada por pessoa não casada	396
I.1.2	Exclusão do crime	396
I.2	Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento	396
I.2.1	Ação penal	397
I.3	Conhecimento prévio de impedimento	397
I.4	Simulação de autoridade para a celebração de casamento	397
I.5	Simulação de casamento	398
2	DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO	398
2.1	Registro de nascimento inexistente	398
2.2	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido	399
2.2.1	Causa de diminuição de pena	400
2.2.2	Conflito aparente de normas	401
2.3	Sonegação do estado de filiação	401
3	DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR	402
3.1	Abandono material	402
3.1.1	Pagamento de pensão alimentícia	403
3.2	Entrega de filho menor a pessoa inidônea	404

3.2.1	Promessa ou entrega de filho ou pupilo	404
3.2.2	Figura qualificada	405
3.2.3	Participação no crime	405
3.3	Abandono intelectual	405
3.4	Abandono moral	406
4	DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA	407
4.1	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes	407
4.2	Subtração de incapazes	408
4.2.1	Perdão judicial	409
IX	— DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	411
I	DOS CRIMES DE PERIGO COMUM	411
1.1	Generalidades	411
1.2	Incêndio	411
1.2.1	Incêndio qualificado	412
1.2.2	Incêndio culposo	412
1.3	Explosão	412
1.3.1	Explosão privilegiada	413
1.3.2	Explosão qualificada	414
1.3.3	Explosão culposa	414
1.4	Uso de gás tóxico ou asfíxiante	414
1.4.1	Modalidade culposa	415
1.5	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante	415
1.6	Inundação	416
1.6.1	Inundação culposa	416
1.7	Perigo de inundação	417
1.8	Desabamento ou desmoronamento	417
1.8.1	Modalidade culposa	418
1.9	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento	419
1.10	Formas qualificadas de crime de perigo comum	419
1.11	Difusão de doença ou praga	420
1.11.1	Modalidade culposa	421
2	DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS	421
2.1	Perigo de desastre ferroviário	421
2.1.1	Desastre ferroviário	422
2.1.2	Desastre culposo	422
2.1.3	Resultado morte ou lesão corporal	422
2.2	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo	422
2.2.1	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	423

2.2.2	Prática do crime com o fim de lucro	423
2.2.3	Modalidade culposa	423
2.2.4	Resultado morte ou lesão corporal	423
2.3	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte	424
2.3.1	Figura típica qualificada	424
2.3.2	Modalidade culposa	424
2.3.3	Resultado morte ou lesão corporal	425
2.4	Arremesso de projétil	425
2.4.1	Resultado morte ou lesão corporal	426
2.5	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	426
2.5.1	Crime qualificado	426
2.6	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico	426
2.6.1	Crime qualificado	427
3	DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA	427
3.1	Epidemia	427
3.1.1	Epidemia qualificada pelo resultado	428
3.1.2	Epidemia culposa	428
3.2	Infração de medida sanitária preventiva	428
3.3	Omissão de notificação de doença	429
3.4	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal ..	430
3.4.1	Entrega a consumo ou depósito para distribuição	431
3.4.2	Envenenamento culposo	431
3.5	Corrupção ou poluição de água potável	431
3.5.1	Corrupção ou poluição culposa	432
3.6	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	432
3.6.1	Fabricação, venda, exposição à venda, importação, depósito, distribuição ou entrega a consumo	433
3.6.2	Modalidade culposa	433
3.7	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	433
3.7.1	Importação, venda, exposição à venda, depósito, distribuição e entrega do produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	434
3.7.2	Modalidade culposa	435
3.8	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida	435
3.9	Involúcro ou recipiente com falsa indicação	435
3.10	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores	436
3.11	Substância destinada à falsificação	437
3.12	Outras substâncias nocivas à saúde	437
3.12.1	Modalidade culposa	438
3.13	Medicamento em desacordo com receita médica	438

3.13.1	Modalidade culposa	439
3.14	Exercício ilegal da Medicina, arte dentária ou farmacêutica	439
3.14.1	Forma qualificada	440
3.15	Charlatanismo	441
3.16	Curandeirismo	441
3.16.1	Curandeirismo e liberdade de crença e religião (art. 5.º, VI, da CF)	443
3.16.2	Curandeirismo qualificado	444
3.17	Forma qualificada	444
X	DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	445
1	INCITAÇÃO AO CRIME	445
2	APOLOGIA DE CRIME OU CRIMINOSO	445
3	QUADRILHA OU BANDO	446
3.1	Quadrilha ou bando armado	447
3.2	Crime hediondo	447
3.3	Delação premiada	448
XI	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	449
1	DA MOEDA FALSA	449
1.1	Moeda falsa	449
1.1.1	Circulação de moeda falsa	451
1.1.2	Figura típica privilegiada	451
1.1.3	Fabricação ou emissão irregular de moeda	451
1.1.4	Desvio e circulação antecipada	451
1.2	Crimes assimilados ao de moeda falsa	451
1.2.1	Figura típica qualificada	452
1.3	Petrechos para falsificação de moeda	452
1.4	Emissão de título ao portador sem permissão legal	453
1.4.1	Recebimento ou utilização de títulos como dinheiro	453
2	DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS	453
2.1	Falsificação de papéis públicos	453
2.1.1	Uso de papéis falsificados	455
2.1.2	Supressão de carimbo ou sinal indicativo de inutilização	456
2.1.3	Utilização de papéis em que foi suprimido carimbo ou sinal	456
2.1.4	Circulação de papéis recebidos de boa-fé	456
2.2	Petrechos de falsificação	456
3	DA FALSIDADE DOCUMENTAL	457
3.1	Falsificação de selo ou sinal público	457

3.1.1	Uso de selo ou sinal falsificado	458
3.1.2	Uso indevido de selo ou sinal verdadeiro	458
3.1.3	Alteração, falsificação e uso indevido de marcas, logotipos, siglas e outros símbolos	458
3.2	Falsificação de documento público	458
3.2.1	Documento público por equiparação	461
3.2.2	Falsidade em documentos e papéis relacionados com a Previdência Social	462
3.2.3	Omissão de dados em documentos relacionados à Previdência Social	462
3.2.4	Ausência de registro do empregado na Carteira de Trabalho	462
3.2.4.1	Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual	463
3.3	Falsificação de documento particular	464
3.4	Falsidade ideológica	466
3.4.1	Abuso de papel em branco assinado	468
3.4.2	Falsificação ou alteração de assentamento de registro civil	469
3.4.2.1	Conflito aparente de normas	469
3.5	Falso reconhecimento de firma ou letra	470
3.6	Certidão ou atestado ideologicamente falso	471
3.6.1	Falsidade material de atestado ou certidão	472
3.6.2	Forma qualificada	472
3.7	Falsidade de atestado médico	472
3.7.1	Forma qualificada	473
3.8	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	473
3.8.1	Uso de selo ou peça filatélica	473
3.9	Uso de documento falso	474
3.10	Supressão de documento	476
4	DE OUTRAS FALSIDADES	477
4.1	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	477
4.2	Falsa identidade	478
4.3	Uso de documento de identidade alheia	479
4.4	Fraude de lei sobre estrangeiros	480
4.4.1	Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro	481
4.5	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade	481
4.6	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	482
4.6.1	Causa de aumento de pena	483
4.6.2	Contribuição para o licenciamento ou registro	483
XII — DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		485
I DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL		485

1.1	Conceito de funcionário público	485
1.1.1	Funcionário público por equiparação	486
1.1.2	Casos de aumento de pena	488
1.1.3	Funcionário público como sujeito passivo de crimes praticados por particular contra a Administração em geral	488
1.2	Peculato	488
1.2.1	Peculato-furto	491
1.2.2	Peculato culposo	492
1.2.3	Reparação do dano no peculato culposo	493
1.3	Peculato mediante erro de outrem	493
1.4	Inserção de dados falsos em sistema de informações	494
1.5	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	494
1.6	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	495
1.7	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	496
1.8	Concussão	497
1.8.1	Excesso de exação	499
1.8.2	Excesso de exação qualificado	500
1.9	Corrupção passiva	500
1.9.1	Corrupção passiva qualificada	502
1.9.2	Corrupção passiva privilegiada	502
1.10	Facilitação de contrabando ou descaminho	502
1.11	Prevaricação	503
1.12	Omissão no dever de vedar acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar	504
1.13	Condescendência criminosa	505
1.14	Advocacia administrativa	506
1.15	Violência arbitrária	508
1.16	Abandono de função	509
1.16.1	Abandono de função qualificado	510
1.17	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado	510
1.18	Violação de sigilo funcional	511
1.18.1	Figuras assemelhadas	512
1.18.2	Figuras qualificadas	512
1.19	Violação de sigilo de proposta de concorrência	512
2	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	513
2.1	Usurpação de função pública	513
2.1.1	Usurpação de função pública qualificada	514
2.2	Resistência	515
2.2.1	Resistência qualificada pelo resultado	516
2.2.2	Concurso	516
2.3	Desobediência	516
2.4	Desacato	518

2.5	Tráfico de influência	521
2.5.I	Causa de aumento de pena	522
2.6	Corrupção ativa	523
2.6.I	Corrupção ativa qualificada	524
2.7	Contrabando ou descaminho	525
2.7.1	Contrabando ou descaminho por assimilação	525
2.7.2	Contrabando ou descaminho qualificados	527
2.8	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	527
2.9	Inutilização de edital ou de sinal	527
2.10	Subtração ou inutilização de livro ou documento	528
2.II	Sonegação de contribuição previdenciária	529
2.II.1	Extinção da punibilidade	529
2.II.2	Perdão judicial ou aplicação exclusiva de multa	530
2.II.3	Sonegação de contribuição previdenciária privilegiada	530
2.II.4	Pagamento integral e parcelamento do débito	530
3	DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	532
3.1	Noções gerais	532
3.2	Corrupção ativa em transação comercial internacional	532
3.2.I	Causa de aumento de pena	534
3.3	Tráfico de influência em transação comercial internacional	534
3.3.I	Causa de aumento de pena	535
3.4	Funcionário público estrangeiro	535
3.4.I	Funcionário público estrangeiro por equiparação	535
4	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	535
4.1	Reingresso de estrangeiro expulso	535
4.2	Denúnciação caluniosa	536
4.2.I	Denúnciação caluniosa qualificada	539
4.2.2	Denúnciação caluniosa privilegiada	539
4.3	Comunicação falsa de crime ou contravenção	539
4.4	Autoacusação falsa	540
4.5	Falso testemunho ou falsa perícia	541
4.5.I	Causa de aumento de pena	543
4.5.2	Retratação	543
4.6	Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete	543
4.6.I	Causa de aumento de pena	544
4.7	Coação no curso do processo	544
4.8	Exercício arbitrário das próprias razões	545
4.9	Subtração, supressão, destruição ou dano de coisa própria em poder de terceiro	547
4.10	Fraude processual	547
4.10.I	Fraude em processo penal	548

4.11 Favorecimento pessoal	548
4.11.1 Favorecimento pessoal privilegiado	550
4.11.2 Escusa absolutória	550
4.12 Favorecimento real	550
4.13 Ingresso de aparelho de comunicação em estabelecimento prisional.....	551
4.14 Exercício arbitrário ou abuso de poder	552
4.15 Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança	553
4.15.1 Figuras típicas qualificadas	553
4.15.2 Concurso material	554
4.15.3 Promoção ou facilitação culposa	554
4.16 Evasão mediante violência contra a pessoa.....	555
4.17 Arrebatamento de preso	555
4.18 Motim de presos	556
4.19 Patrocínio infiel	557
4.19.1 Patrocínio simultâneo ou tergiversação	558
4.20 Sonegação de papel ou objeto de valor probatório	559
4.21 Exploração de prestígio	560
4.21.1 Exploração de prestígio qualificada	561
4.22 Violência ou fraude em arrematação judicial	562
4.23 Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito	562
5 DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	563
5.1 Generalidades	563
5.2 Contratação de operação de crédito	564
5.2.1 Operação de crédito irregular	565
5.3 Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	565
5.4 Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura	566
5.5 Ordenação de despesa não autorizada	567
5.6 Prestação de garantia graciosa	567
5.7 Não cancelamento de restos a pagar	568
5.8 Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	569
5.9 Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	569
<i>Anexo — Resumo da matéria</i>	<i>571</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>711</i>